



MINISTÉRIO PÚBLICO
ESTADO DO MARANHÃO
Procuradoria Geral de Justiça

COORDENADORIA DE COMUNICAÇÃO

CLIPPING

04 de maio de 2017

VEÍCULO		EDITORIA
<input type="checkbox"/> O Estado do MA	<input checked="" type="checkbox"/> Atos e Fatos	<input checked="" type="checkbox"/> Política <input type="checkbox"/> Cidades / Urbano <input type="checkbox"/> Geral <input type="checkbox"/> Polícia
<input type="checkbox"/> O Imparcial	<input type="checkbox"/> A tarde	
<input type="checkbox"/> Pequeno	<input type="checkbox"/> Correio de Notícias	
<input type="checkbox"/> Debate	<input type="checkbox"/> O quarto poder	<input type="checkbox"/> Outros
<input type="checkbox"/> Extra	<input type="checkbox"/> Internet / Blog	
DATA	4 / 05 / 2017	Página 3
		<input type="checkbox"/> Gerada <input type="checkbox"/> Espontânea <input type="checkbox"/> Positiva <input type="checkbox"/> Negativa

PIRAPEMAS

Ex-prefeito é alvo de Ação Civil Pública por improbidade do MPMA

Em Ação Civil Pública por improbidade administrativa, o Ministério Público do Maranhão pediu a concessão de liminar para decretação da indisponibilidade dos bens do ex-prefeito de Pirapemas, Eliseu Moura, até o montante de R\$ 175.952,76.

Em procedimento administrativo da Promotoria de Justiça de Cantanhede, da qual Pirapemas é termo judiciário, foi constatado que o ex-gestor deixou de prestar contas de um convênio firmado em 2011 com a Secretaria de Estado da Saúde para aquisição de equipamentos de material de expediente.

Como prefeito de Pirapemas à época, Eliseu Moura foi o responsável pela celebração do convênio, cujo valor original era R\$ 130 mil, que atualizado monetariamente chega aos atuais R\$ 175.952,76.

De acordo com o promotor de justiça Tiago Rohrr,

titular da Promotoria de Cantanhede, o pedido à Justiça para indisponibilidade dos bens do ex-prefeito tem o objetivo de garantir o ressarcimento dos danos contra o erário do Município de Pirapemas.

Além da indisponibilidade dos bens, o Ministério Público pediu que sejam aplicadas ao ex-gestor as penalidades de: ressarcimento integral do dano, perda dos bens ou valores acrescidos ilicitamente ao patrimônio, se concorrer esta circunstância, perda da função pública, suspensão dos direitos políticos de cinco a oito anos, pagamento de multa civil de até duas vezes o valor do dano e proibição de contratar com o Poder Público ou receber benefícios ou incentivos fiscais ou creditícios, direta ou indiretamente, ainda que por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário, pelo prazo de cinco anos.

VEÍCULO		EDITORIA
<input checked="" type="checkbox"/> O Estado do MA <input type="checkbox"/> O Imparcial <input type="checkbox"/> Pequeno <input type="checkbox"/> Debate <input type="checkbox"/> Extra	<input type="checkbox"/> Atos e Fatos <input type="checkbox"/> A tarde <input type="checkbox"/> Correio de Notícias <input type="checkbox"/> O quarto poder <input type="checkbox"/> Internet / Blog	<input checked="" type="checkbox"/> Política <input type="checkbox"/> Cidades / Urbano <input type="checkbox"/> Geral <input type="checkbox"/> Polícia <input type="checkbox"/> Outros
DATA	4 / 05 / 2017	Página 3
		<input type="checkbox"/> Gerada <input type="checkbox"/> Espontânea <input type="checkbox"/> Positiva <input type="checkbox"/> Negativa

Conflito

O Ministério Público, a Polícia Federal e a Polícia Civil montaram força-tarefa para apurar o conflito entre índios e agricultores em Viana.

Os índios Gamela reclamam boa parte das terras, onde habitam os agricultores há mais de 20 anos.

Em das versões para o conflito ocorrido no domingo, 30, índios teriam tentado invadir o vilarejo agrícola e foram atacados pelos agricultores. Outra versão diz que os Gamela tiveram sua aldeia atacada por fazendeiros.

VEÍCULO		EDITORIA
() O Estado do MA () O Imparcial () Pequeno () Debate () Extra	<input checked="" type="checkbox"/> Atos e Fatos () A tarde () Correio de Notícias () O quarto poder () Internet / Blog	<input checked="" type="checkbox"/> Política () Cidades / Urbano () Geral () Polícia
DATA 4 / 05 / 2017 Página 3		() Outros () Gerada () Espontânea () Positiva () Negativa



Ex-prefeito
de Paço
do Lumiar,
Gilberto Aroso

Mantida suspensão dos direitos políticos de ex-prefeito de Paço do Lumiar

A 4ª Câmara Cível do Tribunal de Justiça do Maranhão (TJMA) manteve sentença da 1ª Vara de Paço do Lumiar, que suspendeu, pelo prazo de quatro anos, os direitos políticos do ex-prefeito do Município de Paço do Lumiar, Gilberto Aroso, por contratação de servidores sem concurso público. Também foram mantidas as sanções de pagamento de multa civil de 20 vezes a remuneração que recebia como prefeito e de proibição de contratar com o Poder Público por três anos, determinadas na sentença da juíza Jaqueline Caracas.

O ex-prefeito apelou ao TJMA, alegando inexistência de ato de improbidade administrativa, em razão de ausência de dolo ou má-fé na prática dos atos. Sustentou, ainda, ausência de prova de dano ao erário nos autos. Por fim, considerou desproporcionais as penas a ele imputadas.

O desembargador Marcelino Everton (relator) disse que, no caso, os princípios da legalidade e acessibilidade aos cargos públicos foram lesionados. Explicou

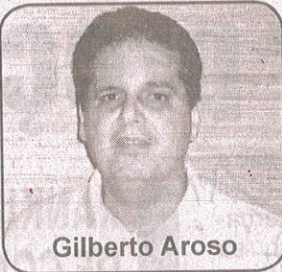
que a contratação nem sequer foi precedida de processo seletivo simplificado, não se enquadrando nas hipóteses legais de admissão em caráter temporário.

O relator frisou que a contratação sem concurso público é ato nulo e enquadrado como improbidade administrativa. Ressaltou que o Ministério Público ajuizou a ação com elementos de prova que atestam a responsabilidade do ex-prefeito, na medida em que, descumprindo ordem judicial, permitiu que servidores contratados ilegalmente continuassem a fazer parte do quadro funcional do Município.

Marcelino Everton acrescentou que o ex-prefeito limitou-se a alegar que o ato não caracterizaria improbidade. Destacou que não ficou comprovada a urgência das contratações, sendo ilegais, pois desvirtuam o instituto da contratação temporária.

Os desembargadores Paulo Velten e Jaime Ferreira de Araujo também negaram provimento ao apelo do ex-prefeito. (Processo nº 6366/2014)

VEÍCULO		EDITORIA
<input type="checkbox"/> O Estado do MA <input type="checkbox"/> O Imparcial <input type="checkbox"/> Pequeno <input type="checkbox"/> Debate <input type="checkbox"/> Extra	<input checked="" type="checkbox"/> Atos e Fatos <input type="checkbox"/> A tarde <input type="checkbox"/> Correio de Notícias <input type="checkbox"/> O quarto poder <input type="checkbox"/> Internet / Blog	<input type="checkbox"/> Política () Cidades / Urbano () Geral () Polícia <input checked="" type="checkbox"/> Outros CAPA
DATA 4 / 05 / 2017 Página		<input type="checkbox"/> Gerada () Espontânea () Positiva () Negativa



Mantida suspensão dos direitos políticos de ex-prefeito de Paço do Lumiar

PÁGINA 3

VEÍCULO		EDITORIA	
<input type="checkbox"/> O Estado do MA	<input checked="" type="checkbox"/> Atos e Fatos	<input checked="" type="checkbox"/> Política	<input type="checkbox"/> Cidades / Urbano <input type="checkbox"/> Geral <input type="checkbox"/> Polícia
<input type="checkbox"/> O Imparcial	<input type="checkbox"/> A tarde		
<input type="checkbox"/> Pequeno	<input type="checkbox"/> Correio de Notícias		
<input type="checkbox"/> Debate	<input type="checkbox"/> O quarto poder		
<input type="checkbox"/> Extra	<input type="checkbox"/> Internet / Blog	<input type="checkbox"/> Outros	
DATA	4 / 05 / 2017	Página	3
		<input type="checkbox"/> Gerada <input type="checkbox"/> Espontânea <input type="checkbox"/> Positiva <input type="checkbox"/> Negativa	

Ex-prefeito de Primeira Cruz é condenado a sete anos de reclusão

Sentença assinada pelo juiz Raphael de Jesus Serra Ribeiro Amorim, titular da comarca de Humberto de Campos, condenou o ex-prefeito do Município de Primeira Cruz (termo judiciário da comarca), João Teodoro Nunes Neto, a 07 (sete) anos e 02 (dois) meses de reclusão, 04 (quatro) anos de detenção e 32 dias-multas fixados em 01 (um) salário mínimo cada. De acordo com a decisão, por ser mais grave a pena de reclusão deve ser executada em primeiro lugar. A pena deve ser cumprida em regime inicialmente fechado, em estabelecimento penal adequado, consta da sentença. O ex-gestor foi condenado ainda ao pagamento das custas.

A sentença atende ao Processo 38-97.2011.8.10.0090, movido pelo Ministério Público Estadual em desfavor do réu, pelos crimes previstos no art.1º, inciso I, do Decreto lei 201/67 (apropriar-se de bens ou rendas públicas, ou desviá-los em proveito

próprio ou alheio) c/c art.89 da Lei 8666/93 (Dispensar ou inexigir licitação fora das hipóteses previstas em lei, ou deixar de observar as formalidades pertinentes à dispensa ou à inexigibilidade) e art.304 do Código Penal (Fazer uso de qualquer dos papéis falsificados ou alterados, a que se referem os arts. 297 a 302).

Selo fiscal reutilizado - Segundo o autor, relatório do TCE-MA aponta para indícios de inidoneidade (suspeita de terem o selo fiscal recolocado) em notas fiscais constantes da prestação de contas do ex-gestor. O relatório informa ainda constatação da SEFAZ após consulta ao sistema e análise dos documentos da não autorização para impressão de notas fiscais das firmas arroladas no RIT; existência de notas fiscais (02) com selo fiscal reutilizado; empresa (Comercial J.C. Ltda) não inscrita no cadastro geral de contribuinte do Estado e firmas não localizadas no endereço informado, entre outras. De acordo com o relatório, as notas fiscais emitidas

por essas empresas totalizam R\$ 32.32.727,11 (trinta e dois mil, setecentos e vinte e sete reais e onze centavos).

O documento do TCE destaca ainda a constatação da fragmentação de despesas para a aquisição de medicamentos e material hospitalar, serviços de coleta de lixo, reforma e restauração de escolas, serviços de estiva, urbanização e jardinagem, no total de R\$ 377.509,91 (trezentos e setenta e sete mil, quinhentos e nove reais e noventa e um centavos).

ACERVO ESCLARECEDOR

"O acervo constante nos autos é por demais esclarecedor", afirma o juiz destacando as despesas na ordem de R\$ 32.727,11 (trinta e dois mil, setecentos e vinte e sete reais e onze centavos) "realizadas com empresas que sequer têm existência perante o Fisco".

Nas palavras do magistrado, sendo o ex-prefeito auditor fiscal aposentado, "sendo gestor municipal na ocasião, responsável por administrar

um município, homologando certames licitatórios", tinha o réu plenas condições de saber que as empresas referidas não tinham registro perante o Fisco estadual, uma vez que a documentação comprobatória desse registro é exigida para as licitações.

CONTRATAÇÕES DIRETAS

"Ainda que o acusado, um auditor fiscal aposentado, afirme não ter conhecimento dos fatos quando exerceu a função de prefeito municipal, assim não entendo", argumenta o juiz discorrendo sobre as contratações diretas realizadas na gestão do réu. "Ora, discute-se acerca de fragmentações de despesas que ensejaram 76 contratações diretas à revelia da obrigação constitucional e legal de licitação", alerta.

"Resta pouco crível que tenha autorizado a fragmentação de despesa resultando em 76 contratações diretas tendo objetos similares e assim não agiu de forma dolosa e tendente a acarretar prejuízo ao Erário", finaliza.



MINISTÉRIO PÚBLICO
ESTADO DO MARANHÃO
Procuradoria Geral de Justiça

COORDENADORIA DE
COMUNICAÇÃO

VEÍCULO		EDITORIA
<input type="checkbox"/> O Estado do MA	<input type="checkbox"/> Atos e Fatos	<input checked="" type="checkbox"/> Política <input type="checkbox"/> Cidades / Urbano <input type="checkbox"/> Geral <input type="checkbox"/> Polícia
<input type="checkbox"/> O Imparcial	<input type="checkbox"/> A tarde	
<input checked="" type="checkbox"/> Pequeno	<input type="checkbox"/> Correio de Notícias	
<input type="checkbox"/> Debate	<input type="checkbox"/> O quarto poder	<input type="checkbox"/> Outros
<input type="checkbox"/> Extra	<input type="checkbox"/> Internet / Blog	
DATA	4 / 05 / 2017	Página 3
		<input type="checkbox"/> Gerada <input type="checkbox"/> Espontânea <input type="checkbox"/> Positiva <input type="checkbox"/> Negativa

Justiça obriga SSP a recontratar empresa que não cumpre direitos trabalhistas

OSWALDO VIVIANI

Uma decisão do juiz Carlos Henrique Rodrigues Veloso, da Segunda Vara da Fazenda Pública de São Luís, que determinou a “imediata recontração”, pela Secretaria Estadual de Segurança Pública (SSP), da empresa Supritech – responsável pelo atendimento do 190 do Ciops, empresa esta que teve encerrado seu contrato em 15 de março por reiteradamente atrasar os salários e os benefícios de seus funcionários – será cumprida pela secretaria, informou a Procuradoria-Geral do Estado (PGE), no início da noite de ontem (3). Com isso, o governo estadual evita ter de afastar o secretário de Segurança Pública Jefferson Portela, conforme também determinou o juiz Carlos Veloso, em caso de não ser feita a recontração. Em nota, a PGE informou ontem: A decisão do juiz Carlos Henrique Rodrigues Veloso visa ao cumprimento de liminar determinando a retomada de contrato com a empresa Supritech Comércio e Serviços Ltda. A empresa havia sido afastada por entendimento da Secretaria de Segurança Pública de que não estava cumprindo o contrato.

No entanto, com base na decisão judicial, será retomado o contrato, não subexistindo o afastamento de secretário.

Já a SSP também resolveu trazer a público os motivos que fizeram o órgão rescindir unilateralmente o contrato com a Supritech. Veja a nota:

“A Secretaria de Estado da Segurança Pública, mesmo cumprindo regularmente todos os pagamentos com a empresa Supritech, que atua no atendimento de emergência do 190 do Centro Integrado de Operações de Segurança (Ciops), reiteradamente atrasava os salários e os benefícios dos funcionários, chegando a ficar mais de três meses sem pagar, mesmo recebendo os pagamentos por parte da SSP. Depois de inúmeras notificações para que a empresa regularizasse a situação, permaneci a inadimplência para com os funcionários, com ausência de salários, de auxílio alimentação por meses, e no último ano, o plano de saúde que compõe o valor pago pela SSP/MA, não estava sendo pago, fazendo com que os trabalhadores sofressem constrangimento nos atendimentos médicos, pois estes estavam suspensos. Denúncias dos trabalhadores incluíram ainda a ausência de depósitos de FGTS e

pagamentos de INSS, deixando de forma insustentável a relação contratual com a empresa.

Como se não bastassem todos os problemas causados pela empresa a seus funcionários, os serviços prestados à população sofreram sérios prejuízos, uma vez que muitas faltas ocorreram por parte dos funcionários, ocasionando várias ligações/ocorrências não atendidas, e prejudicando o serviço de atendimento de emergência do Ciops à população.

Com todos os problemas sem a solução pela empresa, abriu-se processo administrativo para apuração das possíveis irregularidades, o que culminou com a sanção de rescisão unilateral do contrato com a Supritech e aplicação de multa.

Diante dessa situação e da necessidade de continuidade do serviço, indispensável à população, foi chamada a segunda colocada na mesma licitação vencida pela Supritech – a empresa Logos Teleatendimento e Cobrança Ltda, que imediatamente assumiu a prestação dos serviços, não havendo nenhum prejuízo à sociedade, estando há aproximadamente dois meses já prestando o serviço contratado, ou seja, o serviço de 190”.

VEÍCULO		EDITORIA
<input type="checkbox"/> O Estado do MA	<input type="checkbox"/> Atos e Fatos	<input checked="" type="checkbox"/> Política <input type="checkbox"/> Cidades / Urbano <input type="checkbox"/> Geral <input type="checkbox"/> Polícia
<input type="checkbox"/> O Imparcial	<input type="checkbox"/> A tarde	
<input checked="" type="checkbox"/> Pequeno	<input type="checkbox"/> Correio de Notícias	<input type="checkbox"/> Outros
<input type="checkbox"/> Debate	<input type="checkbox"/> O quarto poder	
<input type="checkbox"/> Extra	<input type="checkbox"/> Internet / Blog	
DATA	4 / 05 / 2017	Página 3
		<input type="checkbox"/> Gerada <input type="checkbox"/> Espontânea <input type="checkbox"/> Positiva <input type="checkbox"/> Negativa

Tema repudia corte de recursos na saúde para municípios do Maranhão

DIVULGAÇÃO

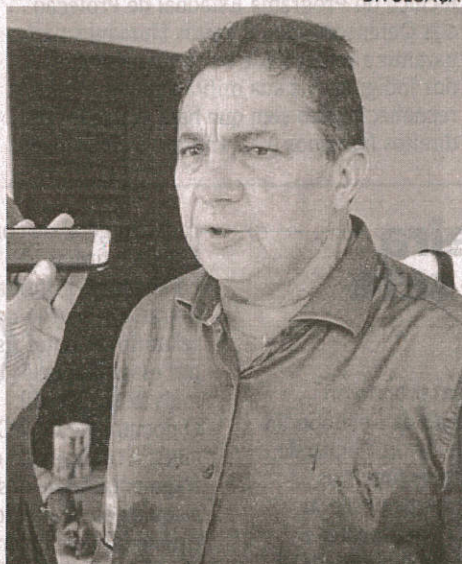
O prefeito de Tuntum e presidente da Federação dos Municípios do Estado do Maranhão, Cleomar Tema, repudiou medida do governo federal que cortou mais de R\$ 7,5 milhões em recursos que deveriam ser enviados para cidades maranhenses para custeio de serviços de média e alta complexidade no setor da saúde.

A portaria determinando o corte, que também atinge o governo do estado, é datada do dia 28 do mês passado e foi publicada pelo Ministério da Saúde no Diário Oficial da União de ontem.

“Os municípios maranhenses não podem ser penalizados com este tipo de medida, a qual repudiamos com veemência. Além dos contatos políticos em Brasília para tentar reverter tal situação, já acionamos a assessoria jurídica da Famem no sentido de estudar uma maneira, pela qual, possamos questionar este ato judicialmente”, afirmou o presidente da entidade municipalista.

A portaria determinou a imediata suspensão da transferência de recursos financeiros do bloco de atenção de média e alta complexidade ambulatorial e hospitalar e do componente limite financeiro da atenção de média e alta complexidade ambulatorial e hospital do governo estadual e dos municípios de Amarante e Imperatriz – eles foram penalizados com a perda de R\$ 558.450,00 e R\$ 6.763.450,00, respectivamente.

A suspensão refere-se à habilitação e à qualificação de leitos de enfermagem clínica de retaguarda e à qualificação de leitos de unidade de terapia intensiva pediátrica. Para Cleomar Tema, os municípios do Maranhão sofrem mensalmente com a perda de recursos de ordem variada e a suspensão determinada pelo Ministério da Saúde pode



Cleomar Tema, presidente da Famem: Os municípios maranhenses não podem ser penalizados com esse tipo de medida

ocasionar um colapso no setor da saúde das cidades atingidas.

FUNDEB

No mês passado, Cleomar Tema, numa articulação com a bancada maranhense em Brasília, conseguiu evitar que os municípios do estado e o próprio governo fossem penalizados com a perda de R\$ 177 milhões e R\$ 47 milhões, respectivamente, referentes ao ajuste do Fundeb.

O presidente Michel Temer, atendendo pedido do presidente da entidade municipalista e deputados federais, voltou atrás no corte e anunciou que editará medida provisória parcelando o desconto.

VEÍCULO		EDITORIA
<input type="checkbox"/> O Estado do MA <input checked="" type="checkbox"/> O Imparcial <input checked="" type="checkbox"/> Pequeno <input type="checkbox"/> Debate <input type="checkbox"/> Extra	<input type="checkbox"/> Atos e Fatos <input type="checkbox"/> A tarde <input type="checkbox"/> Correio de Notícias <input type="checkbox"/> O quarto poder <input type="checkbox"/> Internet / Blog	<input checked="" type="checkbox"/> Política () Cidades / Urbano () Geral () Polícia <input type="checkbox"/> Outros <input type="checkbox"/> Gerada () Espontânea () Positiva () Negativa
DATA 4 / 05 / 2017 Página 1		

Menos R\$ 7,5 milhões para a Saúde

Governo federal cortou recursos que deveriam ser enviados para cidades maranhenses para custeio de serviços de média e alta complexidade no setor da saúde

O prefeito de Tuntum e presidente da Federação dos Municípios do Estado do Maranhão, Cleomar Tema, repudiou ontem medida do governo federal que cortou mais de R\$ 7,5 milhões em recursos que deveriam ser enviados para cidades maranhenses para custeio de serviços de média e alta complexidade no setor da saúde.

A portaria determinando o corte, que também atinge o governo do estado, é datada do dia 28 do mês passado e foi publicada pelo Ministério da Saúde no Diário Oficial da União de ontem. "Os municípios maranhenses não podem ser penalizados com este tipo de medida, a qual repudiamos com veemência. Além dos contatos políticos em Brasília para tentar reverter tal situação, já acionamos a assessoria jurídica da Famem no sentido de estudar uma maneira, através da qual, possamos questionar este ato judicialmente", informou o presidente da entidade municipalista.

A portaria determinou a imediata suspensão da transferência de recursos financeiros do bloco de atenção de média e alta complexidade ambulatorial e hospitalar e do componente limite financeiro da atenção de média e alta complexidade ambulatorial e hospitalar do governo estadual e dos municípios de Amarante e Imperatriz – eles foram penalizados com a perda de R\$ 530.450,00 e R\$ 6.763.450,00, respectivamente.

A suspensão refere-se a habilitação e à qualificação de leitos de enfermagem clínica de retaguarda e à qualificação de leitos



Os municípios maranhenses não podem ser penalizados com este tipo de medida, a qual repudiamos com veemência. Além dos contatos políticos em Brasília para tentar reverter tal situação, já acionamos a assessoria jurídica da Famem no sentido de estudar uma maneira, através da qual, possamos questionar este ato judicialmente

Cleomar Tema, presidente da Famem

de unidade de terapia intensiva pediátrica

Para Cleomar Tema, os municípios do Maranhão sofrem mensalmente com a perda de

recursos de ordem variada e a suspensão determinada pelo Ministério da Saúde pode ocasionar um colapso no setor da saúde das cidades atingidas.

Fundeb

No mês passado, Cleomar Tema, numa articulação com a bancada maranhense em Brasília, conseguiu evitar que os municípios do estado e o próprio governo fossem penalizados com a perda de R\$ 177 milhões e R\$ 47 milhões, respectivamente, referentes ao ajuste do Fundeb.

O presidente Michel Temer, atendendo pedido do presidente da entidade municipalista e deputados federais, voltou atrás no corte e anunciou que editará medida provisória parcelando o desconto.

VEÍCULO		EDITORIA
<input checked="" type="checkbox"/> O Estado do MA	<input type="checkbox"/> Atos e Fatos	<input checked="" type="checkbox"/> Política <input type="checkbox"/> Cidades / Urbano <input type="checkbox"/> Geral <input type="checkbox"/> Polícia
<input checked="" type="checkbox"/> O Imparcial	<input type="checkbox"/> A tarde	
<input type="checkbox"/> Pequeno	<input type="checkbox"/> Correio de Notícias	<input type="checkbox"/> Outros
<input type="checkbox"/> Debate	<input type="checkbox"/> O quarto poder	
<input type="checkbox"/> Extra	<input type="checkbox"/> Internet / Blog	
DATA 4 / 05 / 2017	Página 3	<input type="checkbox"/> Gerada <input type="checkbox"/> Espontânea <input type="checkbox"/> Positiva <input type="checkbox"/> Negativa

Lava Jato: se denúncia for aceita, Dino vira réu sem autorização da AL

Decisão do STF relacionada a Minas Gerais abre jurisprudência de que o STJ não precisa de licença das casas legislativas para ação penal contra governadores

RONALDO ROCHA
 Da editoria de Política

A decisão da Corte do Supremo Tribunal Federal (STF) sobre a Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI) 5540, de autoria do Democratas (DEM), e que dispensou a necessidade de prévia autorização da Assembleia Legislativa de Minas Gerais para a abertura de ação penal contra o governador daquele estado, Fernando Pimentel (PT), tecnicamente, dispensa a autorização do Legislativo do Maranhão para eventual abertura de ação penal contra o governador Flávio Dino (PCdoB), citado em delação na Lava Jato.

Flávio Dino aguarda apreciação da Corte Especial do Superior Tribunal de Justiça (STJ), de um pedido de abertura de inquérito formulado pela Procuradoria-Geral da República (PGR) em seu desfavor por recebimento de propina, em 2010, da Odebrecht, para aplicação na campanha eleitoral daquele ano.

Caso o pedido da PGR seja aceito, o Ministério Público Federal passará a investigar o comunista. Depois das investigações, havendo prova de que, de fato ele recebeu propina e se beneficiou de Caixa 2, haverá o oferecimento de denúncia à Justiça. Para abrir ação penal, contudo, o STJ precisaria de autorização da Assembleia Legislativa. Foi justamente a condição que o STF afastou ontem, ao decidir que a abertura de ação penal não deve ser submetida a deputados estaduais.



Flávio Dino será réu se o STJ aceitar denúncia da Lava Jato

tendimento que vinha sendo adotado pelo STF em casos semelhantes.

A tendência, a partir de agora, é que o entendimento possa se estender para outros estados, onde governadores aguardam apreciação do STJ de abertura inquérito ou de recebimento de denúncia.

Votaram em favor da dispensa de necessidade de autorização da Assembleia Legislativa para abertura de ação penal contra Pimentel, os ministros Edson Fachin, Luís Roberto Barroso, Rosa Weber, Luiz Fux, Marco

Arquivo

SAIBA MAIS

Líder aponta atropelos

O líder do Governo na Assembleia Legislativa, deputado estadual Rogério Cafeteira (PSB), apontou "atropelos" da Lava Jato, após a soltura do ex-ministro de Estado, José Dirceu. O posicionamento de Cafeteira corrobora com a postura adotada por aliados do governador Flávio Dino (PCdoB), após o comunista ter sido citado por delator na Lava Jato e ter sido submetido ao Superior Tribunal de Justiça (STJ), que decidirá pela abertura ou não de inquérito contra ele. "Qual o tipo de balança a Operação Lava-Jato usa para pedir as prisões? É uma balança política ou a da Justiça?", questionou.

Aurélio Mello, Alexandre de Moraes, Gilmar Mendes e Ricardo Lewandowski e Cármen Lúcia.

Já os ministros Dias Toffoli e Celso de Mello votaram pela exigência de autorização prévia do Legislativo Estadual. O placar final foi 9 a 2.

VEÍCULO		EDITORIA
<input type="checkbox"/> O Estado do MA	<input type="checkbox"/> Atos e Fatos	<input type="checkbox"/> Política <input type="checkbox"/> Cidades / Urbano <input checked="" type="checkbox"/> Geral <input type="checkbox"/> Polícia
<input type="checkbox"/> O Imparcial	<input type="checkbox"/> A tarde	
<input checked="" type="checkbox"/> Pequeno	<input type="checkbox"/> Correio de Notícias	
<input type="checkbox"/> Debate	<input type="checkbox"/> O quarto poder	<input type="checkbox"/> Outros
<input type="checkbox"/> Extra	<input type="checkbox"/> Internet / Blog	
DATA 4 / 05 / 2017	Página 9	<input type="checkbox"/> Gerada <input type="checkbox"/> Espontânea <input type="checkbox"/> Positiva <input type="checkbox"/> Negativa

Justiça determina que Município de São Luís apresente cronograma para reforma de feiras

Divulgação

A juíza de direito Luzia Madeiro Neponucena, titular da 1ª Vara da Fazenda Pública, determinou nessa quarta-feira (3) que o Município de São Luís, por meio do secretário de Agricultura, Pesca e Abastecimento, Ivaldo Rodrigues, apresente cronograma detalhado de reforma, ampliação e adequação das feiras e mercados públicos da capital, devendo ainda fazer a juntada de relatórios de conclusão das obras, com registro fotográfico de cada unidade reformada, conforme decisão já proferida nos autos do processo nº 48.751/2015, datada de 7 de outubro de 2015. O Município tem 10 dias para cumprir a decisão, sob pena de multa diária de R\$ 20.000,00.

A decisão da juíza Luzia Neponucena é decorrente de Ação Civil Pública, interposta pelo Ministério Público Estadual. Em 2012, a magistrada proferiu sentença, na qual determinava ao Município de São Luís que apresentasse no prazo de 60 dias o seu programa de reforma para acompanhamento e fiscalização de feiras e mercados sob a responsabilidade da Prefeitura local, e o prazo de 120 dias, para que fosse dado início à reforma e adequação de cada feira e mercado de sua propriedade. No inquérito elaborado pelo órgão ministerial, foram constatadas uma série de irregularidades nas feiras e mercados de São Luís, com especial destaque



A Feira da Praia Grande está entre as que deverão ser reformadas, conforme decisão da Justiça

para o acúmulo de lixo e falta de higiene. Na feira do João Paulo, por exemplo, havia problemas no abastecimento de água, instalações hidráulicas, sanitárias e elétricas, coliformes fecais na água e lixo a céu aberto, além do comprometimento da qualidade e conservação dos alimentos e comercialização de produtos no meio da rua. As feiras relacionadas são: Vila Bacanga, Vila Isabel, Anjo da Guarda, Vila Embratel, São Francisco, Praia Grande,

Macaúba, Bairro de Fátima, Bom Jesus, Coroadinho, Tirirical, Ipem São Cristóvão, Vicente Fialho, Olho d'Água, Angelim, Cruzeiro do Anil, Anil, Santa Cruz, Vila Palmeira, Santo Antônio, Liberdade, Monte Castelo, João Paulo, Forquilha, Cohab, Cohatrac e (Primavera), além do Mercado Central. Não fazem parte da decisão as feiras e mercados geridas pelo Estado ou por particulares. O Município recorreu da sentença do Primeiro Grau, interpondo

Agravo de Instrumento. O Tribunal de Justiça, porém, manteve a decisão da magistrada. O Ministério Público Estadual requereu então que o Município elaborasse planilha e cronograma detalhados do programa de Reforma, Ampliação e Adequação das Feiras e Mercados de São Luís, a ser contemplado no Plano Plurianual do Município de São Luís, a começar no ano de 2017. No entanto, os documentos até o momento não foram apresentados.

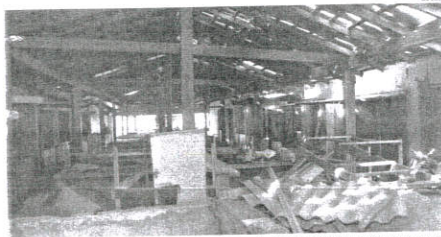
VEÍCULO		EDITORIA
<input checked="" type="checkbox"/> O Estado do MA	<input type="checkbox"/> Atos e Fatos	<input type="checkbox"/> Política <input type="checkbox"/> Cidades / Urbano <input type="checkbox"/> Geral <input checked="" type="checkbox"/> Polícia
<input type="checkbox"/> O Imparcial	<input type="checkbox"/> A tarde	
<input type="checkbox"/> Pequeno	<input type="checkbox"/> Correio de Notícias	
<input type="checkbox"/> Debate	<input type="checkbox"/> O quarto poder	<input type="checkbox"/> Outros
<input type="checkbox"/> Extra	<input type="checkbox"/> Internet / Blog	
DATA	4 / 05 / 2017	Página 4
		<input type="checkbox"/> Gerada <input type="checkbox"/> Espontânea <input type="checkbox"/> Positiva <input type="checkbox"/> Negativa

Justiça quer cronograma de reforma das feiras e mercados

Prefeitura de São Luís tem 10 dias para cumprir a decisão, sob pena de multa diária de R\$ 20 mil; além do cronograma, deve haver a juntada de relatórios de conclusão das obras, com registro fotográfico de cada unidade reformada

A juíza de direito Lúzia Madureira Sepião, em decisão de 13 dias, da Fazenda Pública, determinou ontem que o Município de São Luís, por meio do secretário de Agricultura, Pecuária e Abastecimento, realize estudos, apresente cronograma detalhado de reforma, ampliação e adequação das feiras e mercados públicos da capital, devendo ainda fazer a juntada de relatórios de conclusão das obras, com registro fotográfico de cada unidade reformada, conforme decisão já proferida há seis anos do processo nº 48.311/2015, datada de 7 de outubro de 2015. O Município tem 10 dias para cumprir a decisão, sob pena de multa diária de R\$ 20 mil.

A decisão da juíza Lúzia Nepomuceno é decorrente de ação Civil Pública, impetrada pelo Ministério Público Estadual. Em 2012, a magistrada proferiu sentença, na qual determinava ao Município de São Luís que apresentasse, no prazo de 30 dias, o seu programa de reforma para acompanhamento e fiscalização de feiras e mercados sob a responsabilidade da Prefeitura Municipal, e o prazo de 120 dias, para que fosse dado início à reforma e adequação de cada feira e mercado de sua propriedade.



Em março, o Estado esteve na feira da Forquilha e constatou a situação caótica no local, que precisa de reforma

As feiras indicadas são as seguintes: Vila Baranga, Vila Isabel, Anjo da Guarda, São Gabriel, São Francisco, Praia Grande, Macaíba, Bairro de Fátima, Bom Jesus, Coqueadinho, Tintim, Ipiranga, São Cristóvão, Veredas, Fátima, Ilhéus, Água, Angelim, Cruzinho, Du Anil, Anil, Santa Cruz, Vila Palmeira, Santo Antônio, Liberdade, Monte Castelo, João Paulo, Forquilha, Cabala, Colhatrac e Primavera, além do Mercado Central. Não fazem parte da decisão as feiras e mercados geridas pelo Estado ou por particulares.

RECURSO

O Município recorreu da sentença do Primeiro Grau, interpondo Agravo de Instrumento. O Tribunal de Justiça, porém, manteve a decisão da magistrada. O Ministério Público Estadual requeriu então que o Município elaborasse plano-baixa e cronograma detalhados do Programa de Reforma, Ampliação e Adequação das Feiras e Mercados de São Luís, a ser contemplada no Plano Plurianual do Município de São Luís, a começar no ano de 2017. No entanto, os documentos até o momento não foram

apresentados.

No inquérito elaborado pelo órgão ministerial, foram constatadas uma série de irregularidades nas feiras e mercados de São Luís, com especial destaque para o comércio de lixo e falta de higiene. Na feira do João Paulo, por exemplo, havia problemas no abastecimento de água e nas instalações hidráulicas, sanitárias e elétricas, com feiras na água e lixo a céu aberto, além do comprometimento da qualidade e conservação dos alimentos e comercialização de produtos no meio da rua. ■



MINISTÉRIO PÚBLICO
ESTADO DO MARANHÃO
Procuradoria Geral de Justiça

COORDENADORIA DE
COMUNICAÇÃO

VEÍCULO		EDITORIA
<input type="checkbox"/> O Estado do MA	<input type="checkbox"/> Atos e Fatos	<input type="checkbox"/> Política <input type="checkbox"/> Cidades / Urbano <input checked="" type="checkbox"/> Geral <input type="checkbox"/> Polícia
<input type="checkbox"/> O Imparcial	<input type="checkbox"/> A tarde	
<input checked="" type="checkbox"/> Pequeno	<input type="checkbox"/> Correio de Notícias	
<input type="checkbox"/> Debate	<input type="checkbox"/> O quarto poder	<input type="checkbox"/> Outros
<input type="checkbox"/> Extra	<input type="checkbox"/> Internet / Blog	
DATA	4 / 05 / 2017	Página 9
		<input type="checkbox"/> Gerada <input type="checkbox"/> Espontânea <input type="checkbox"/> Positiva <input type="checkbox"/> Negativa

Índia gamela é transferida para o Hospital Geral, em SL

A índia gamela Dilma Cutrim Meireles, de 35 anos, foi transferida para o Hospital Dr. Tarquínio Lopes Filho (Hospital Geral), em São Luís, na manhã desta quarta-feira (3). Ela é a oitava pessoa atendida em hospitais municipais e estaduais após violência ocorrida no município de Viana, no último domingo (30). Quatro pessoas tiveram alta, e outras três, além de Dilma, permanecem internadas. Dilma apresenta dores de cabeça e mal-estar desde a tarde de terça-feira (2), quando foi atendida no Hospital Dr. José Murad,

em Viana. Como a paciente não apresentou alteração clínica, foi transferida para o Hospital Dr. Tarquínio Lopes Filho, para fazer mais exames. De acordo com a Secretaria de Estado da Saúde (SES), o quadro de saúde dos outros três índios gamelas internados no Hospital Dr. Tarquínio Lopes é estável. Eles seguem tratamento, com uso de antibióticos, para recuperação dos traumas e lesões sofridos. Aldelir de Jesus Ribeiro, que sofreu lesões nas mãos e cortes nos joelhos, recebeu alta da UTI. Segundo laudo médico, o paciente

se recupera das fraturas expostas nos braços. José André Ribeiro e José de Ribamar Mendes também permanecem em tratamento. O primeiro se recupera de uma lesão pulmonar, e, o segundo, está em observação.

NOTA DA SES

A Secretaria de Estado da Saúde (SES) informa que os três índios gamelas internados no Hospital Dr. Tarquínio Lopes Filho estão estáveis com boa recuperação das lesões. O paciente José André Ribeiro segue sob cuidados, com uso de antibióticos para tratamento da lesão pulmonar. Já Aldeli de Jesus Ribeiro recebeu alta da UTI, com boa evolução do quadro lesional, sem dores, e segue o tratamento

com antibióticos e exames de controle. José de Ribamar Mendes permanece em estado de observação com estabilidade clínica e sem dores, cumprindo protocolo de antibioticoterapia. Com relação à índia gamela Dilma Cutrim Meireles, de 35 anos, a Secretaria de Estado Saúde (SES) registrou atendimento da paciente, na tarde desta terça-feira (2) no Hospital Dr. José Murad, em Viana, com quadro clínico de cefaleia e mal estar. Após ficar em observação, a paciente não apresentou alteração clínica, sendo transferida para o Hospital Dr. Tarquínio Lopes Filho para a realização de exames específicos na manhã desta quarta-feira (3).



MINISTÉRIO PÚBLICO
ESTADO DO MARANHÃO
Procuradoria Geral de Justiça

COORDENADORIA DE
COMUNICAÇÃO

VEÍCULO		EDITORIA
<input type="checkbox"/> O Estado do MA <input type="checkbox"/> O Imparcial <input type="checkbox"/> Pequeno <input type="checkbox"/> Debate <input type="checkbox"/> Extra	<input type="checkbox"/> Atos e Fatos <input checked="" type="checkbox"/> A tarde <input type="checkbox"/> Correio de Notícias <input type="checkbox"/> O quarto poder <input type="checkbox"/> Internet / Blog	<input type="checkbox"/> Política <input type="checkbox"/> Cidades / Urbano <input type="checkbox"/> Geral <input type="checkbox"/> Polícia <input type="checkbox"/> Outros <input type="checkbox"/> Gerada <input type="checkbox"/> Espontânea <input type="checkbox"/> Positiva <input type="checkbox"/> Negativa
DATA	4 / 05 / 2017	Página 2

Índia gamela é transferida para receber cuidados em hospital estadual em São Luís

A índia gamela Dilma Cutrim Meireles, de 35 anos, foi transferida para Hospital Dr. Tarquínio Lopes Filho, em São Luís, na manhã desta quarta-feira (03). Ela é a oitava pessoa atendida em hospitais municipais e estaduais após violência ocorrida no município de Viana, no último domingo (30). Quatro pessoas tiveram alta, e outras três, além de Dilma, permanecem internadas.

Dilma apresenta dores de cabeça e mal-estar desde a tarde de terça-feira (02), quando foi atendida no Hospital Dr. José Murad, em Viana. Como a paciente não apresentou alteração clínica, foi transferida para

o Hospital Dr. Tarquínio Lopes Filho, para fazer mais exames.

De acordo com a Secretaria de Estado da Saúde (SES), o quadro de saúde dos outros três índios gamelas internados no Hospital Dr. Lopes é estável. Eles seguem tratamento, com uso de antibióticos, para recuperação dos traumas e lesões sofridos.

Aldeli de Jesus Ribeiro, que sofreu lesões nas mãos e cortes nos joelhos, recebeu alta da UTI. Segundo laudo médico, o paciente se recupera das fraturas expostas nos braços.

José André Ribeiro e José de Ribamar Mendes também permanecem em tratamento. O primeiro se

recupera de uma lesão pulmonar e o segundo está em observação.

Veja nota da SES na íntegra:

A Secretaria de Estado da Saúde (SES) informa que os três índios gamelas internados no Hospital Dr. Tarquínio Lopes Filho estão estáveis com boa recuperação das lesões.

O paciente José André Ribeiro segue sob cuidados, com uso de antibióticos para tratamento da lesão pulmonar.

Já Aldeli de Jesus Ribeiro recebeu alta da UTI, com boa evolução do quadro lesional, sem dores e segue o tratamento com antibióticos e exames de controle.

José de Ribamar Mendes permanece em estado de observação com estabilidade clínica e sem dores, cumprindo protocolo de antibioticoterapia.

Com relação à índia gamela Dilma Cutrim Meireles, de 35 anos, a Secretaria de Estado da Saúde (SES) registrou atendimento da paciente, na tarde desta terça-feira (02) no Hospital Dr. José Murad, em Viana, com quadro clínico de cefaleia e mal estar.

Após ficar em observação, a paciente não apresentou alteração clínica, sendo transferida para o Hospital Dr. Tarquínio Lopes Filho para a realização de exames específicos na manhã desta quarta-feira (03).

VEÍCULO		EDITORIA
() O Estado do MA	() Atos e Fatos	() Política () Cidades / Urbano () Geral () Polícia
(X) O Imparcial	() A tarde	
() Pequeno	() Correio de Notícias	(X) Outros <i>CADA</i>
() Debate	() O quarto poder	
() Extra	() Internet / Blog	
DATA <i>4</i> / 05 / 2017	Página	() Gerada () Espontânea () Positiva () Negativa

Efeito do conflito em Viana

Governo estuda demarcação de terras indígenas



“
O medo dele morrer foi tão grande que eu nem me importei com a minha dor
George Albuquerque Aires Rabelo

Maria do Socorro e Almirão Cunha ficaram desesperadas com filhos efilhos
George Rabelo: “do que desumano”
Domingos Rabelo pode perder a mão

Levaram roupas, dinheiro, fizeram xixi na casa e ainda defecaram na sala
Almirão Matos agricultor

Outro lado: fazendeiros culpam índios
Delegado afirma que nenhum índio teve a mão decepada e que um dos agricultores corre o risco de perder a mão, que foi atingida por uma bala
VIDA

Presidente da Funai pode ser afastado **Conheça os direitos previstos na Constituição para os índios**

VEÍCULO		EDITORIA
() O Estado do MA	() Atos e Fatos	() Política () Cidades / Urbano () Geral () Polícia
<input checked="" type="checkbox"/> O Imparcial	() A tarde	
() Pequeno	() Correio de Notícias	
() Debate	() O quarto poder	<input checked="" type="checkbox"/> Outros VIDA
() Extra	() Internet / Blog	
DATA 4 / 05 / 2017	Página 2	() Gerada () Espontânea () Positiva () Negativa

Conflito indígena: o outro lado

Delegado afirma que nenhum índio teve a mão decepada. E que um dos agricultores corre o risco de perder a mão que foi atingida por uma bala

ESAU ARAÚJO

FOTOS: DIVULGADAS

O conflito entre indígenas e agricultores rurais, no povoado Bahias, próximo ao município de Viana, gerou uma grande polêmica em todo o estado do Maranhão. Alguns agricultores foram baleados, e um casal de idosos viu os filhos serem feitos reféns pelos índios Gamela. Na manhã de ontem, as vítimas prestaram depoimento na Delegacia Regional de Viana, após realizarem o exame de corpo de delito no Instituto Médico Legal (IML) da cidade. Uma das vítimas foi encaminhada ontem para São Luís, onde passará por um processo cirúrgico após ter sido atingida por uma bala na mão esquerda. Ontem, O Imparcial realizou entrevista exclusiva com as vítimas dos ataques dos índios Gamela.

Uma das vítimas foi o agricultor Domingos Gomes Rabelo, de 60 anos. Ele foi o que ficou mais ferido entre os agricultores. O idoso, após prestar depoimento, foi encaminhado para a capital maranhense, correndo o risco de perder a mão esquerda após ter sido alvejado por uma bala. "Eu fui atacado com duas paneladas na cabeça e fogo desmatal. Quando fui acordando, já me encontrava alvejado e sangrando bastante, principalmente a minha mão. Eu tentei as forças e pedi socorro pro meu filho. Quando ele estava me carregando, outro índio o alvejou com dois tiros de chumbo no seu peito esquerdo. Quando me vi sangrando, eu pensava

O Imparcial, ao conversar com o filho do senhor Domingos, o agricultor George Albuquerque Aires Rabelo, segundo ele, foi um ataque desumano e não tinham como se defender. "Eu estava ajudando meu pai. O medo dele morrer foi tão grande que eu senti que impussei com a minha dor, só queria que ele estivesse bem. Não tinham nenhuma arma, apenas dor e pedida de parte". As terras são nossas, eles não podem nos tomar", disse George Rabelo.

O casal de idosos se separaram com o desespero de ter os dois filhos reféns do conflito em busca de terras. Alamillo Matos Cunha e sua esposa, Maria do Socorro Matos Cunha, contaram os momentos de desespero vividos no último dia 10. "Estávamos em uma reunião, justamente tratando sobre os índios que estavam ameaçando atacar nossas terras, quando nos falaram que eles tinham invadido nossas terras e meus dois filhos tinham sido reféns. Minha pressão subiu e logo desmaiei. Quem foi tomar conta do controle foi meu marido", falou a senhora Maria do Socorro O'pa da família. Alamillo Matos, disse que denunciou para conseguir fazer um acordo com os índios que fizeram seus filhos reféns. "Cheguei na minha casa e eles estavam

com as dechas apontadas pra cabeça deles. Depois de um certo tempo, eles libertaram meus filhos, eu cheguei a pedir que eles me deixassem e deixassem eles. A casa ficou em um estado crítico. Levaram roupas, dinheiro, fizeram xixi na casa e ainda defecaram na sala em frente aos meus filhos. Foi horrível aquela cena", contou o agricultor Alamillo Matos.

Segundo o delegado Jorge Pacheco titular da delegacia de Viana, um inquérito foi instaurado e algumas pessoas prestaram depoimento.



O casal Alamillo Cunha e Maria do Socorro contou a O Imparcial o desespero de ter os dois filhos reféns.



O agricultor George Albuquerque afirmou que o ataque foi considerado por ele desumano e que pensou que iria morrer durante o conflito com os indígenas.

Domingos Gomes Rabelo é outro agricultor que corre o risco de perder a mão, após ter sido alvejado por uma bala durante o conflito por terras no povoado Bahias.

O medo dele morrer foi tão grande que eu nem me importei com a minha dor, só queria que ele estivesse bem

George Albuquerque Aires Rabelo

3

Indígenas ainda estão internados no Hospital Secretário.

Entenda o caso

O conflito entre agricultores e índios Gamela aconteceu domingo, 30 de abril, gerou várias consequências a população. A confusão aconteceu após "uma família deslocar uma área de 13 hectares, próxima a Bahias no dia 18 de maio de abril. Depois do conflito, alguns índios e membros da Comissão Pastoral da Terra (CPTA), desafiaram quem não era autorizado no local e ficaram apenas um grupo menor que sofreu o ataque.

Os indígenas ainda estão internados no Hospital Secretário, sob o cuidado de Jesus Praxedes, José Raimundo Mendes e José André Pires no O Imparcial procurou a Secretaria de Saúde do Estado (SES), que informou, por meio de nota, que os três índios Gamela internados no Hospital Dr. Raimundo Lopes Filho estão isolados e com boa recuperação das feridas.

Segundo a nota, o paciente José André recebeu três injecções, com uso de antibióticos para tratamento da lesão pulmonar. Já o índio de Jesus Ribeiro recebeu uma dose de 100 mg de morfina para alívio da dor, sem dores, e segue o tratamento com antibióticos e exames de controle.

Quando me vi sangrando, eu pensava que seria meu último dia

Domingos Gomes Rabelo, agricultor

Levaram roupas, dinheiro, fizeram xixi na casa e ainda defecaram na sala em frente aos meus filhos. Foi horrível aquela cena

Alamillo Matos, agricultor



MINISTÉRIO PÚBLICO
ESTADO DO MARANHÃO
Procuradoria Geral de Justiça

COORDENADORIA DE
COMUNICAÇÃO

VEÍCULO		EDITORIA
<input checked="" type="checkbox"/> O Estado do MA	() Atos e Fatos	() Política () Cidades / Urbano () Geral <input checked="" type="checkbox"/> Policia
() O Imparcial	() A tarde	
() Pequeno	() Correio de Notícias	
() Debate	() O quarto poder	() Outros
() Extra	() Internet / Blog	
DATA 4 / 05 / 2017	Página 4	() Gerada () Espontânea () Positiva () Negativa

Força-tarefa é montada para investigar massacre de índios

Polícias Militar, Civil e Federal e representantes do Ministério Público e do Poder Judiciário começam a ouvir as testemunhas do crime ocorrido domingo, no povoado Bahias, em Viana; três vítimas ainda estão hospitalizadas

ISSUE: 30/05/2017

Uma força-tarefa composta pelas polícias Militar, Civil e Federal, além de representantes do Ministério Público e do Poder Judiciário, foi montada para investigar o massacre de índios ocorrido no último domingo no povoado Bahias, zona rural de Viana. Três indígenas estão feridos e o corpo de uma criança foi encontrado. Ainda ontem, as testemunhas do caso começaram a ser ouvidas no inquérito policial que tem um prazo previsto de 90 dias para ser enviado ao Poder Judiciário.

O delegado Jorge Paiva, da regional de Viana, informou que o inquérito policial já foi instaurado e que as primeiras ouvidas foram feitas logo depois do episódio. As vítimas também serão ouvidas ainda esta semana. O delegado declarou ainda que se houver algum dos crimes previstos no artigo 129 do Código Penal Militar em curso, a disposição da polícia será anexada ao inquérito. Segundo ele, citaram mais de 20 nomes mas não confirmados, pois os nomes são enviados pelo Instituto de Comunicação e Registro de Viana, para tratar do andamento das investigações.

Ação rápida
O ministro Omar Serraglio, da Justiça, disse que o governo estudará fazer um mutirão para identificar processos de demarcação de terras indígenas que sejam "sentos e



Policiais integrantes da força-tarefa no local do conflito, para tentar identificar os responsáveis pelo massacre

amarrados". "O governo quer legalizar as demarcações. O que queremos fazer e fazer, até com o regime de multirios, passar a identificar os processos que estão muito antigos, amarrados e ainda não solucionados", disse Serraglio em entrevista ao Palácio do Planalto.

Ele declarou ainda que está mantendo contato diário com a Polícia Federal para se manter informado sobre o ataque aos índios Gamela. "O que posso afirmar é que, desde o primeiro momento, entre em contato com a PF para pedir participação, investigação e

Ministro estuda mutirão para analisar processo

formado sobre o ataque aos índios Gamela. "O que posso afirmar é que, desde o primeiro momento, entre em contato com a PF para pedir participação, investigação e

promoção da polícia aos índios. Devo ter falado mais de 10 vezes com o delegado para me informar sobre o que está e o que não está sendo feito", disse o ministro.

In loco

O presidente da Comissão de Direitos Humanos da Ordem dos Advogados da Seccional do Maranhão (OAB/MA), Rafael Silva, em companhia de representantes da Comissão da Pastoral da Terra (CPT) e demais entidades ligadas ao movimento indígena, estão em um local onde ocorreu o massacre para verificar a situação e até mesmo observar se ainda há remanescentes de outros ataques aos índios.

Rafael Silva afirmou que os índios da etnia Gamela sofreram um ato crime de espantosa magnitude, pois foram golpeados e também

Clima continua tenso na região do povoado Bahias

Ainda ontem, a clima continua tenso na região de Viana. Algumas das vítimas continuam hospitalizadas e a situação é tensa com medo de serem atacadas mais uma vez. Os fazendeiros estão sendo também alertados para não aceitar nenhum tipo de ataque de drogas.

Outros dizem que não há nada de último domingo, um grupo de homens armados invadiu a comunidade Gamela, em Viana. Eles foram atacados com tiros, machados e golpes de facão. Crianças e adultos foram mortos e algumas mulheres ficaram feridas. O ataque ocorreu em um momento de tensão entre os índios e os fazendeiros da região de Viana. O ataque ocorreu em um momento de tensão entre os índios e os fazendeiros da região de Viana.

O site da revista Caros Amigos publicou, ontem, reportagem afirmando que o deputado federal de Gerando Fôlego (PP-PA) ocuparam o final

de um vídeo de autoria da Comissão Anticorrupção. O vídeo de 17:11, que compõe a posse nas ruas das terras dos índios Gamela da etnia Gamela.

Segundo a reportagem, o vídeo foi enviado ao site da Anticorrupção em 17/11, em decorrência do governador do Maranhão na época, José Wellington. Também o secretário de Estado da Marinha e Ultramar, Márcio de Melo Castro, disse em um momento de tensão entre os índios Gamela de Viana para a comunidade Gamela de Viana. O vídeo foi enviado ao site da Anticorrupção em 17/11, em decorrência do governador do Maranhão na época, José Wellington.

Em uma, a CNBB se disse indignada com a situação. Estamos indignados com a violência, desrespeito e hostilidade, que acontecem no local e em todo o estado, pois assistimos um aumento alarmante dos conflitos no campo em toda a região do nordeste do Brasil.

sofreram golpes de arma e tiros. Ainda ontem, três indígenas continuaram hospitalizados no Hospital Geral de Viana. Os indígenas foram atacados por um grupo de homens armados. Um deles, identificado como Aldemir da Gamela, foi atingido por golpes de facão nas mãos e curtos no tronco em um

dos índios. A outra vítima, José de Ribamar Gamela, teve a mão direita e a esquerda e ainda sofreu golpes de facão nos dois braços. A terceira vítima foi baleada no tronco e no abdômen.

Mais em Geral C3



MINISTÉRIO PÚBLICO
ESTADO DO MARANHÃO
Procuradoria Geral de Justiça

COORDENADORIA DE
COMUNICAÇÃO

VEÍCULO		EDITORIA
<input checked="" type="checkbox"/> O Estado do MA	<input type="checkbox"/> Atos e Fatos	<input type="checkbox"/> Política <input checked="" type="checkbox"/> Cidades / Urbano <input type="checkbox"/> Geral <input type="checkbox"/> Polícia
<input type="checkbox"/> O Imparcial	<input type="checkbox"/> A tarde	
<input type="checkbox"/> Pequeno	<input type="checkbox"/> Correio de Notícias	
<input type="checkbox"/> Debate	<input type="checkbox"/> O quarto poder	<input type="checkbox"/> Outros
<input type="checkbox"/> Extra	<input type="checkbox"/> Internet / Blog	
DATA	4 / 05 / 2017	Página 1
		<input type="checkbox"/> Gerada <input type="checkbox"/> Espontânea <input type="checkbox"/> Positiva <input type="checkbox"/> Negativa

Sem filhos na escola, famílias podem perder benefícios sociais

Bolsa Família exige frequência escolar mínima de 85% da carga horária mensal para estudantes de 6 a 15 anos e de 75% para estudantes de 16 e 17 anos.

Manter os filhos na escola deve ser um dos compromissos assumidos pelos beneficiários do Bolsa Família, mas em São Luís muitas famílias temem perder o benefício, já que em muitas escolas da rede municipal o ano letivo ainda nem começou e ainda há crianças que sequer foram matriculadas por falta de vagas. No Conselho Tutelar da Arealopóli Bacanga, pais reclamam da dificuldade de manter os filhos na escola e da dificuldade de acesso a programas sociais por causa disso.

O Bolsa Família exige uma frequência escolar mínima de 85% da carga horária mensal para estudantes de 6 a 15 anos e de 75% para estudantes de 16 e 17 anos. "O objetivo é fazer com que as crianças e jovens frequentem a escola e tenham acesso regular às aulas. Assim, elas terão um



maior capital social e, quando crescerem, terão mais condições de superar a situação de pobreza de seus pais", como estabelecem as diretrizes do programa.

Mas em São Luís o primeiro obstáculo para manter as crianças em sala de aula vem do poder público. De acordo com Rose Araújo, membro do Conselho Tutelar da área Itaquá-Ban-

caga, em março foi enviado à Secretaria Municipal de Educação (Semed) um ofício contendo o nome de 214 crianças que ainda não estavam matriculadas para o ano letivo 2017. "Parte destas crianças já foi matriculada pela Semed, mas os pais continuam vindo reclamar no conselho porque a secretaria está encaixando a criança em qualquer escola e, muitas vezes, são escolas longe do bairro onde ela mora, e a família não tem como arcar com o transporte", afirma.

A medida da Semed descumprir o artigo 53 do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), segundo o qual a criança ou adolescente deve ter acesso à escola pública e gratuita próximo de sua residência. Com isso, apesar da vaga a criança continua sem condições de frequentar as aulas. Mas a falta de vagas é só um dos problemas. Mesmo crianças já matriculadas estão fora das salas de aula porque suas escolas estão fechadas.

Sem aulas

É o caso da Unidade de Ensino Básico (UEB) Raimundo Chaves, vizinha ao conselho tutelar. A escola foi fechada para reformas em outubro de 2016 e desde então nunca mais teve aulas. "Eles informaram para a gente que as aulas começariam dia 2 deste mês, mas ainda não começaram e nem deram um novo prazo para que as aulas comecem", informa o conse-

SAIBA MAIS

Este ano, foram definidas duas datas para o início do ano letivo 2017. Para as escolas que não suspenderam as aulas por causa da greve em 2016 ou que tiveram poucos dias letivos a repor, o início das aulas foi marcado para o dia 13 de fevereiro. Já as escolas que aderiram à greve ou que tiveram mais dias letivos a repor, a previsão de início das aulas era o dia 15 de março.

heiro tutelar João Gonçalves.

Outra unidade de ensino da região onde as crianças não sabem quando as aulas começarão é a UEB Rosália Freire, na Vila Isabel. O ano letivo na escola ainda não começou porque o prédio não tem condições de receber os estudantes. Por causa da situação, no dia 20 de março pais de alunos interditaram a Avenida dos Portugueses, onde a escola fica localizada, em protesto e exigindo que o prédio seja reformado. A Prefeitura de São Luís informou à época que a unidade de ensino está incluída no plano de recuperação das escolas da rede municipal, mas as obras ainda não começaram.



MINISTÉRIO PÚBLICO
ESTADO DO MARANHÃO
Procuradoria Geral de Justiça

COORDENADORIA DE
COMUNICAÇÃO

VEÍCULO		EDITORIA
<input type="checkbox"/> O Estado do MA	<input checked="" type="checkbox"/> Atos e Fatos	<input type="checkbox"/> Política <input type="checkbox"/> Cidades / Urbano <input type="checkbox"/> Geral <input checked="" type="checkbox"/> Polícia
<input type="checkbox"/> O Imparcial	<input type="checkbox"/> A tarde	
<input type="checkbox"/> Pequeno	<input type="checkbox"/> Correio de Notícias	
<input type="checkbox"/> Debate	<input type="checkbox"/> O quarto poder	<input type="checkbox"/> Outros
<input type="checkbox"/> Extra	<input type="checkbox"/> Internet / Blog	
DATA	4 / 05 / 2017	Página 8
		<input type="checkbox"/> Gerada <input type="checkbox"/> Espontânea <input type="checkbox"/> Positiva <input type="checkbox"/> Negativa

Trío ESTUPRA garota e MATA o namorado

Três jovens, de 13 e 16 anos, do município de Benedito Leite (MA), a 522 Km da Capital, São Luís, encontraram, por volta das 02hs de ontem, um casal namorando embaixo da Ponte Urucuí, situada na divisa dos Estados do Maranhão e Piauí. Apresentando sintomas de embriaguez, os adolescentes infratores – que depois assumiram estar drogados – violentaram a garota (gestante de seis meses), na frente do namorado identificado como Flaviano Marinho. Em seguida, o trio assassinou Flaviano e jogaram seu cadáver no rio.

Segundo informações, os adolescentes infratores já são velhos conhecidos da Polícia de Benedito Leite, com várias passagens pela Delegacia, por diversos crimes.



O corpo de Flaviano Marinho boiando no rio



MINISTÉRIO PÚBLICO
ESTADO DO MARANHÃO
Procuradoria Geral de Justiça

COORDENADORIA DE
COMUNICAÇÃO

VEÍCULO		EDITORIA
<input type="checkbox"/> O Estado do MA	<input type="checkbox"/> Atos e Fatos	<input type="checkbox"/> Política <input type="checkbox"/> Cidades / Urbano <input type="checkbox"/> Geral <input type="checkbox"/> Polícia
<input checked="" type="checkbox"/> O Imparcial	<input type="checkbox"/> A tarde	
<input type="checkbox"/> Pequeno	<input type="checkbox"/> Correio de Notícias	<input checked="" type="checkbox"/> Outros VIDA
<input type="checkbox"/> Debate	<input type="checkbox"/> O quarto poder	
<input type="checkbox"/> Extra	<input type="checkbox"/> Internet / Blog	
DATA 4 / 05 / 2017	Página 4	<input type="checkbox"/> Gerada <input type="checkbox"/> Espontânea <input type="checkbox"/> Positiva <input type="checkbox"/> Negativa

Assassinato é elucidado

Suspeito de matar jovem de 28 anos com tiro na cabeça é preso pela polícia. O crime aconteceu na Cidade Operária, mas o atirador foi capturado no interior do estado

Um crime de latrocínio está praticamente elucidado. O caso foi registrado em março deste ano, no bairro da Cidade Operária. Um dos envolvidos na morte de Leonardo Silva Torres, 26 anos, foi preso nesta quarta-feira (3), em um povoado de Palmeirândia. Alan Herbert Matos, mais conhecido como "Brigadeiro", 18

anos, apontado como o autor do disparo contra a vítima.

Leonardo foi morto com um tiro na cabeça durante um roubo, no bairro Cidade Operária. Ele estava chegando à casa da namorada, quando três bandidos roubaram o carro dele. Durante a ação criminosa, Leonardo desceu do veículo e entregou a chave aos bandidos, mas Brigadeiro atirou na

cabeça da vítima. O rapaz foi socorrido e encaminhado ao Hospital Clementino Moura, o Socorrão II, mas não resistiu ao ferimento e morreu.

Investigações

Brigadeiro foi localizado no interior do Maranhão após investigação realizada pelo Departamento de Proteção à Pessoa da

Superintendência de Homicídios e Proteção à Pessoa (SHPP). Ele foi o último envolvido no crime que faltava ser capturado.

A prisão foi realizada pela equipe do Grupo de Operações Especiais (GOE) da Polícia Militar da cidade de Pinheiro após informações repassadas pelo núcleo de inteligência da Superintendência de Homicídios e Proteção à Pessoa (SHPP).



MINISTÉRIO PÚBLICO
ESTADO DO MARANHÃO
Procuradoria Geral de Justiça

COORDENADORIA DE
COMUNICAÇÃO

VEÍCULO		EDITORIA
<input type="checkbox"/> O Estado do MA	<input type="checkbox"/> Atos e Fatos	<input type="checkbox"/> Política <input type="checkbox"/> Cidades / Urbano <input type="checkbox"/> Geral <input type="checkbox"/> Polícia
<input checked="" type="checkbox"/> O Imparcial	<input type="checkbox"/> A tarde	
<input type="checkbox"/> Pequeno	<input type="checkbox"/> Correio de Notícias	
<input type="checkbox"/> Debate	<input type="checkbox"/> O quarto poder	<input checked="" type="checkbox"/> Outros VIDA
<input type="checkbox"/> Extra	<input type="checkbox"/> Internet / Blog	
DATA 4 / 05 / 2017	Página 4	<input type="checkbox"/> Gerada <input type="checkbox"/> Espontânea <input type="checkbox"/> Positiva <input type="checkbox"/> Negativa

SANTA QUITÉRIA

Duas crianças morrem soterradas

Uma tragédia abalou a cidade de Santa Quitéria, distante cerca de 350 km da capital maranhense. Duas crianças, uma de 7 e outra de 10 anos, morreram soterradas. O caso aconteceu no fim da terça-feira (2). O acidente foi às margens da MA-034.

De acordo com testemunhas, as crianças brincavam em uma área carregada de barro, utilizado para construções, quando foram surpreendidas pelo deslizamento de terra. Os meninos foram socorridos, mas já che-

garam ao pronto-socorro sem vida. As vítimas foram identificadas como Gabriel Vieira da Silva, de apenas sete anos, e Carlos Oliveira Silva Paz, 10 anos.

Resgate

Populares ainda tentaram salvar os garotos, e, apesar deles terem sido levados ao pronto-socorro, já chegaram sem vida ao hospital. A Superintendência de Polícia Civil do Interior confirmou que a ocorrência foi registrada pela Delegacia Re-

gional de Chapadinha. A Superintendência já cobrou a apura-

ção sobre as causas do acidente que vitimou os dois meninos.



MINISTÉRIO PÚBLICO
ESTADO DO MARANHÃO
Procuradoria Geral de Justiça

COORDENADORIA DE
COMUNICAÇÃO

VEÍCULO		EDITORIA
<input type="checkbox"/> O Estado do MA	<input type="checkbox"/> Atos e Fatos	<input type="checkbox"/> Política <input type="checkbox"/> Cidades / Urbano <input type="checkbox"/> Geral <input type="checkbox"/> Polícia
<input checked="" type="checkbox"/> O Imparcial	<input type="checkbox"/> A tarde	
<input checked="" type="checkbox"/> Pequeno	<input type="checkbox"/> Correio de Notícias	<input checked="" type="checkbox"/> Outros VIDA
<input type="checkbox"/> Debate	<input type="checkbox"/> O quarto poder	
<input type="checkbox"/> Extra	<input type="checkbox"/> Internet / Blog	
DATA	4 / 05 / 2017 Página 4	<input type="checkbox"/> Gerada <input type="checkbox"/> Espontânea <input type="checkbox"/> Positiva <input type="checkbox"/> Negativa

NA CADEIA.....

Esquartejadores de jovem são detidos em Arari

Policiais da Delegacia de Arari conseguiram elucidar o crime de um adolescente desaparecido desde o dia 16 de fevereiro. Foram apreendidos dois adolescentes infratores de 16 e 17 anos, respectivamente, suspeitos dos atos infracionais análogos aos crimes de homicídio qualificado e ocultação de cadáver. Também foi preso preventivamente Tácito Barros Soares, de 18 anos, pelo crime de corrupção de menores, além dos mesmos crimes acima citados. Segundo

o delegado Fernando Sampaio, depois de serem notificados sobre o desaparecimento do jovem, foram iniciadas buscas. As investigações chegaram até um lago na zona rural de Arari, onde foram encontrados os restos mortais da vítima, morto a golpes de faca e facão pelos agressores. A Polícia Militar contribuiu para apreensão do grupo. Vale ressaltar que ambos já respondem processos criminais, como roubo e furto qualificado, além de homicídio tentado.

VEÍCULO		EDITORIA
() O Estado do MA	() Atos e Fatos	() Política (X) Cidades / Urbano () Geral () Polícia
() O Imparcial	() A tarde	
(X) Pequeno	() Correio de Notícias	() Outros
() Debate	() O quarto poder	
() Extra	() Internet / Blog	
DATA 4 / 05 / 2017	Página 5	() Gerada () Espontânea () Positiva () Negativa

Homicídios caem 29% na Grande São Luís entre 2014 e 2017, apontam dados da SSP

Os casos de homicídios na Grande São Luís caíram 29% no primeiro quadrimestre de 2017 na comparação com o mesmo período de 2014, de acordo com dados da Secretaria de Estado de Segurança Pública do Maranhão (SSP/MA). Em números totais, conforme a SSP, a queda foi de 302 para 212 homicídios.

Segundo o delegado Leonardo Diniz, titular da Superintendência de Homicídios e Proteção à Pessoa (SHPP), o resultado segue uma tendência de redução contínua dos índices de criminalidade e reflete as ações integradas do governo do Estado na área da segurança. O delegado informou que em 2014, o total de homicídios chegou a 910; e em 2016, o número de vítimas caiu para 693.

"Em quase dois anos e meio de gestão, os dados da SSP mostram os resultados de ações efetivas para garantir a segurança da população na região metropolitana de São Luís, que inclui os municípios de São José de Ribamar, Paço do Lumiar e Raposa", ressaltou Diniz.

O delegado Leonardo Diniz afirmou que a criação da SHPP foi um dos fatores determinantes para a redução do número de homicídios e para a eficiência das investigações. "A superintendência trabalha de forma específica com os homicídios a partir do seu plantão 24h, que busca a elucidação desses casos, tanto de homicídios, quanto de latrocínios (roubo seguido de morte). A equipe já inicia a investigação de imediato", disse.

Além da especialização, Leonardo Diniz apontou a prevenção realizada pelo trabalho da Polícia Militar do Maranhão, que na gestão do governador Flávio Dino teve a incorporação de 2.500 novos profissionais. O efetivo total ultrapassou pela primeira vez

a marca de 12 mil policiais. Ainda de acordo com o delegado, também houve aumento do número de viaturas, com a entrega de novos 577 veículos à Polícia Militar, e a constante qualificação dos agentes de segurança, que inclui cursos de formação, capacitações, treinamento e ensino continuados. Só neste ano, 1.680 policiais militares já passaram por algum tipo de qualificação. Outras medidas que também estão contribuindo para a redução dos índices de homicídios, segundo Diniz, são as operações realizadas pelas forças do sistema de Segurança com foco no combate a crimes como o tráfico de drogas e assaltos, a descentralização para as novas superintendências criadas como a própria SHPP e a Superintendência de Repressão ao Narcótico (Senarc), e a aquisição de aquisição da Delegacia Móvel, que apura os casos no local de ocorrência.

REDUÇÃO DA VIOLÊNCIA

Leonardo Diniz destacou que os números mostram a diminuição da violência urbana da região metropolitana de São Luís. Segundo ele, além de homicídios, outros crimes, como as lesões corporais seguidas de morte e os latrocínios (roubos seguidos de morte), também caíram. Em 2014, foram 324 casos (homicídios, lesões seguidas de morte e latrocínios) no primeiro quadrimestre. Já em 2017, no mesmo período, foram 230.

"Nós vivíamos com números alarmantes que demonstravam uma situação difícil para o convívio social. E hoje não, nós conseguimos reduzir os índices de violência. São vidas que são poupadas, vidas ganhas, o que demonstra que essas pessoas também são importantes para o estado", afirmou o



O delegado Leonardo Diniz detalhou as medidas que resultaram na diminuição dos assassinatos na Grande São Luís

HOMICÍDIOS DO 1º QUADRIMESTRE



superintendente Leonardo Diniz. Outro resultado positivo a ser destacado, conforme o delegado, é o aumento da resolutividade dos casos investigados. De acordo com a SHPP, no início

de 2015 apenas 8% dos casos de homicídios eram solucionados na capital. Hoje, o percentual de resolutividade é de 37% para casos de homicídios, e de 100% para os casos de latrocínio.